

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 20 de agosto de 1993

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Roberto Müller Filho (Licenciado)
Roberto de Souza Ayres

Página 4

A condução da política econômica adquiriu mais credibilidade depois da aprovação da medida provisória que estabelece reajustes mensais dos salários com um redutor de 10 pontos percentuais com relação à inflação do mês anterior. Ao mesmo tempo, faz-se sentir com mais intensidade o peso da responsabilidade do governo em combater frontalmente a inflação, com a colaboração ativa de todos os que detêm uma parcela de poder na sociedade.

Não se deve esquecer que, se a nova política é menos punitiva do que a anterior para a massa dos assalariados, ela não deixa de impor também sacrifícios que só podem ser recompensados pela tão ansiada estabilização da economia, único meio capaz de permitir que o País volte a desenvolver-se em bases sólidas.

Em uma fase em que busca a consolidação das instituições democráticas, em meio a uma crise social que está aos olhos de todos, o Brasil se tem lançado à ingente tarefa de reestruturar o Estado e de adaptar a sua economia às imposições de uma nova realidade mundial. E não se pode dizer que conseguimos pouco, em condições tão adversas. A duras penas, o País

Econ-Brasil Caminho mais livre para avançar

conseguiu desmontar o controle de preços, marchar a passos firmes em direção à liberalização do comércio exterior, realizar uma verdadeira abertura dos portos, iniciar e fazer avançar o processo de privatização e, principalmente, criar a consciência de que é indispensável regularizar, em definitivo, as finanças públicas.

Sente-se que não se pode deter esse avanço e que é preciso levá-lo aos objetivos almejados. O ideal seria, como disse o ministro Walter Barelly, que pudéssemos dispensar uma lei salarial abrangente, limitando-se o Estado a fixar os níveis do salário mínimo. E isso talvez possa ser alcançado em 1994, passando os salários em geral a ser livremente negociados.

Não é uma miragem. É uma meta perfeitamente compatível com o programa do governo, que se orienta para preparar o terreno para a desindexação, um recurso engenhoso, válido em determinadas fases, não podendo

ainda hoje ser dispensado, mas que representa, de fato, uma armadilha.

Quanto mais rapidamente formos caminhando em direção à verdade nas contas públicas, de menos malabarismos teremos necessidade. E foi dado o sinal para acelerar as medidas de política econômica já programadas. No cronograma do ministro Fernando Henrique Cardoso está previsto que já na próxima semana poderão ser concluídas as negociações em torno da rolagem das dívidas dos estados e dos municípios para com a União. Não será mais um paliativo. Espera-se que, com as medidas em preparo, um novo padrão de relacionamento entre o governo central e as unidades federativas seja estabelecido, em caráter definitivo.

Abrir-se-á também a "caixa preta", acabando com a incestuosa relação entre as contabilidades do Banco Central e do Tesouro. Racionalizam-se as funções dos dois importantes órgãos e o governo adquire meios para poder articular um programa que possibilite con-

cluir, com aval do FMI, as longas negociações que vem conduzindo com os bancos credores.

O campo está limpo para que se reformule o programa de privatização, dando-lhe mais flexibilidade, ao mesmo tempo que a União se livra de participações minoritárias em diversas empresas, um legado do Estado-hospital. E, aproveitando o embalo, por que não desregular mais ainda a atividade econômica?

Assim, o Brasil irá recuperando o atraso que o separa mesmo de países vizinhos. O que faltará fazer, por ocasião da revisão constitucional, é uma profunda reforma fiscal-tributária, que prescindida de medidas ou impostos provisórios. Se, por si só, a reforma terá a virtude de reduzir a inflação a níveis civilizados, ainda é motivo de debates entre os economistas. Alguns crêem que é preciso algo mais, estando, desde logo, excluída a hipótese de choque. Sem reforma tributária, porém — e, quanto a isso, todos concordam —, não pode haver estabilidade monetária, a base de tudo.

O Congresso Nacional nos deu, nesta quarta-feira, a confiança de que chegaremos lá.